



GT 28. Das coleções aos sujeitos, dos sujeitos às coleções: nova luz sobre os acervos etnográficos musealizados

Coordenador(es):

Adriana Russi Tavares de Mello (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Lúcia Hussak Van Velthem (Museu Paraense Emilio Goeldi)

Sessão 1

Debatedor/a: Marília Xavier Cury (MAE-USP)

Sessão 2

Debatedor/a: Lia Fernandes Peixinho (UNIRIO)

Desde o final da década de 1990 os processos museológicos relacionados às coleções etnográficas vem sendo alvo de críticas, reflexões e significativas mudanças. Nesse sentido, a antropologia e a museologia reviram seus pressupostos epistemológicos o que provocou entre outros a constituição de uma nova ética na relação com os chamados “informantes” ou “povos representados” nas coleções. Paralelamente, em diferentes localidades os povos tradicionais, os povos indígenas e outros povos tem se organizado para pressionar governos, pesquisadores e a sociedade em geral na garantia de seus direitos, o que por sua vez em muitos casos desaguou na formulação de políticas próprias que lhes asseguram tais direitos. Direito ao território, às memórias, às tradições, à língua, à educação diferenciada e ao patrimônio são apenas alguns destes direitos. Implicadas com tais mudanças, diversas instituições e iniciativas lançam uma nova luz sobre as coleções etnográficas, iluminando práticas que são construídas por um fazer colaborativo com povos indígenas, populações tradicionais e outros grupos sociais na busca de novos sentidos para além das próprias coleções. Assim, este GT pretende acolher relatos de experiências e reflexões, conduzidas em espaços museais ou fora deles por diferentes atores, que versam sobre o duplo caminho que articula coleções e sujeitos, sujeitos e coleções.

UM olhar sobre o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé: memória e identidade étnica

Autoria: Thaynara Martins Freitas (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

No decorrer das últimas décadas, um novo elemento tem surgido ou sido adotado por diversos grupos étnicos no Brasil, o museu de gestão comunitária. O museu teria sido descoberto pelos índios? como uma potencial ferramenta de reconstrução da memória, contribuindo no processo de reelaboração e fortalecimento da identidade étnica, sendo assim, um mobilizador político e educacional. A proposta da presente pesquisa antropológica tem por campo a experiência museológica vivenciada pelos Jenipapo-Kanindé, grupo indígena situado no município de Aquiraz, Região Metropolitana de Fortaleza. Assim, o Museu Indígena Jenipapo-Kanindé trata-se de uma experiência museológica idealizada e gerida pelos próprios membros da comunidade, idealizado e construído de maneira colaborativa junto a parceiros especialistas e indigenistas, como mecanismo de valorização da memória para a defesa e reforço da afirmação étnica desta comunidade indígena. Em busca da melhor compreensão deste fenômeno sociocultural e político, presente no cenário indígena cearense, se fez uso de bases teóricas antropológicas e breves abordagens museológicas que auxiliem a reflexão sobre a temática proposta. Para isso, conceitos como de grupo e identidade étnica, memória, museus históricos e ecomuseus foram essenciais para o cumprimento do objetivo deste work. Quanto à metodologia adotada, consistiu na observação participante, referindo-se a participação em eventos organizados por esse grupo indígena e de demais eventos que estes foram convidados a participar e que



tiveram relação e relevância para a temática. Além de uma série de visitas realizadas à comunidade com o propósito de se observar o cotidiano deste grupo com o museu, com o intuito de obter informações por meio de conversas, entrevistas semi-estruturadas e observações. Realizou-se pesquisa, também, através de vídeos, áudios, fotografias e matérias jornalísticas.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: